

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ENSINO

Rose Mary Souza de Souza

(Universidade Federal da Bahia/ Universidade do Estado da Bahia)

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES
Rose Mary Souza de Souza é Mestra em Estudos de Linguagens pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Bacharel em Língua Estrangeira Moderna pela Universidade Federal da Bahia (2019) e graduanda em Letras Vernáculas, também pela Universidade Federal da Bahia. Possui também graduação em Redes de Computadores pela Universidade Salvador (2007). Atualmente, faz parte do Núcleo de Estudos Lexicais (NEL).

RESUMO	ABSTRACT
Ensinar sobre a heterogeneidade linguística é um dos grandes desafios dos professores em sala de aula. A imposição pelo ensino da gramática normativa como única variante aceitável, o pensamento de que a língua é um sistema homogêneo e imutável e a crença de que só existe uma forma correta de falar levam muitos profissionais de ensino a não considerarem e não reconhecerem os processos que as variações linguísticas perpassam desde tempos remotos, ou seja, que existem formas distintas de expressar o mesmo significado a depender do contexto e do tempo, seja na escola, com a família ou entre amigos. Nesse sentido, tendo como aportes teórico-metodológicos Bagno (2007; 2011), Bortoni-Ricardo (2005), Cardoso (2010), Coelho (2015), dentre outros, este artigo tem como objetivo refletir sobre as opiniões de especialistas/pesquisadores sobre a importância do ensino da variação linguística, um tema pouco discutido na sala de aula da educação básica, tecendo comentários sobre o que leva alguns profissionais a não abordarem a diversidade linguística em sala de aula, identificando e desconstruindo crenças e comportamentos linguísticos pejorativos, essencial para evitar a reprodução do preconceito linguístico dentro e fora da escola. Em vez disso, é preciso promover entre os alunos reflexões e pensamentos críticos que estimulem o respeito às diferenças linguísticas. Esse processo contribui não apenas para o desenvolvimento de uma educação inclusiva, mas também para a construção de um ambiente escolar que valorize a diversidade e favoreça a socialização de conhecimentos, fortalecendo as relações interpessoais e a compreensão das múltiplas realidades culturais e linguísticas que compõem a sociedade.	Teaching about linguistic heterogeneity is one of the greatest challenges for teachers in the classroom. The imposition of normative grammar as the only acceptable variant, the idea that language is a homogeneous and unchanging system, and the belief that there is only one correct way to speak lead many teaching professionals to fail to consider and recognize the processes that linguistic variations have undergone since ancient times, that is, that there are different ways of expressing the same meaning depending on the context and time, whether at school, with family, or among friends. In this sense, based on theoretical and methodological contributions from Bagno (2007; 2011), Bortoni-Ricardo (2005), Cardoso (2010), Coelho (2015), among others, this article aims to reflect on the opinions of experts/researchers on the importance of teaching linguistic variation, a topic little discussed in the basic education classroom, commenting on what leads some professionals to not address linguistic diversity in the classroom, identifying and deconstructing pejorative linguistic beliefs and behaviors essential to avoid the reproduction of linguistic prejudice inside and outside the school. Instead, it is necessary to promote reflections and critical thinking among students that encourage respect for linguistic differences. This process contributes not only to the development of an inclusive education, but also to the construction of a school environment that values diversity and favors the socialization of knowledge, strengthening interpersonal relationships and the understanding of the multiple cultural and linguistic realities that make up society.

PALAVRAS-CHAVE	KEY-WORDS
Variação linguística; Língua portuguesa; Ensino.	Linguistic variation; Portuguese language; Teaching.

INTRODUÇÃO

A língua, considerada como um fenômeno heterogêneo, multidialetal e variável é regulada por regras gramaticais organizadas por meio de estruturas fonológica, morfológica, sintática e lexical. Como um produto social, é o resultado de um processo histórico que ocorre ao longo do tempo, tanto no espaço geográfico quanto no comportamento linguístico dos falantes, entre outros fatores, capaz de promover a interação entre indivíduos de uma determinada comunidade que são "movidos por estímulos exteriores e interiores, [...] levando a comunicarem-se, utilizando o instrumento coletivo de comunicação e expressão: a língua" (Biderman, 1978, p. 28).

Conforme assinalam Coelho *et al.* (2015, p. 13), a "língua é um sistema organizado - tão organizado que seus falantes se comunicam perfeitamente entre si [...]", mesmo que pertençam a diferentes comunidades e grupos sociais que falam de formas distintas, a depender do contexto em que estejam inseridos. A língua é assim moldada pelas interações e transformações sociais dos seus falantes, refletindo aspectos ligados à classe social, ao gênero, à faixa etária, ao grau de escolaridade, à profissão, aos hábitos culturais, entre outros fatores.

Tradicionalmente, as variedades linguísticas presentes em todas as regiões geográficas, que não acompanham a chamada "norma padrão", são consideradas potencialmente inferiores. A norma considerada "padrão" obedece a determinadas regras gramaticais e é eleita socialmente como a norma de maior prestígio, em detrimento as demais variedades, que são apontadas como incorretas e imperfeitas, sendo estigmatizadas pela sociedade, que rotula quem as usam como pessoas incultas.

Tais julgamentos preconceituosos reproduzidos também nas escolas são utilizados para segregar os indivíduos do convívio social, que sofrem discriminação por não utilizarem a "norma padrão". Cardoso (2010, p. 169) salienta que "visões distorcidas que privilegiam uma variante tida como culta e estigmatizam as demais variantes, causam, desse modo, ao ensino-aprendizagem da língua materna consideráveis prejuízos", contribuindo para a exclusão social.

No Brasil, a língua dita padrão sempre esteve associada às classes de prestígio, desde o tempo da colônia, sobrepondo-se às variedades populares de uma população predominantemente rural ou que vivia em comunidades isoladas geograficamente, cujos traços distintivos da língua marcavam tais grupos isolados, distanciando-os dos demais grupos.

O registro das diferentes formas de usar a língua não são recentes e estão presentes desde os tempos pretéritos. Cardoso (2010, p. 29-30), citando Fernão de Oliveira (1536), assinalou que, no século XVI, o gramático já reconhecia a diversidade linguística quando, na sua *Grammatica da lingoagem portuguesa*, sem especificar a tipologia variacional disse

que, "As dições usadas ou são gerais a todos [...] ou são particulares: e esta particularidade ou se faz entre ofícios e tratos, como os cavaleiros [...] e os lavradores" - variação diastrática, relacionada a fatores sociais -, ou "também se faz em terras porque os da Beira têm hūas falas e os d'Alentejo outras" - variação diatópica - e "o velho, como tem o entender mais firme com o que mais sabe, também suas falas são de peso e as do mancebo, mais leves" - variação diageracional.

Além de Fernão de Oliveira, D. Jerônimo Argote, no século XVIII, no capítulo sobre *Dos dialetos da língua portuguesa*, apresentou um diálogo entre o mestre e o discípulo sobre o que seria o dialeto indicando claramente a existência das variações linguísticas no período ao reconhecer a presença das diversidades diatópica, diacrônica e diastrática, conforme observa-se no diálogo abaixo:

- Mestre. Que quer dizer Dialecto?
- D. He o modo diverso de fallar a mesma lingua.
- M. Dizei exemplo
- D. O modo com que se falla a lingua portuguesa nas terras da Beyra, he diverso do com que se falla a mesma lingua Portuguesa, em Lisboa [...].
- M. E quantas castas ha de Dialectos?
- D. Muytas, mas as principaes são tres. Dialectos locaes, e Dialectos de tempo, e Dialectos de profissão [...] (Argote, 1725, p. 291-301).

Essas breves referências históricas mostram que a diversidade linguística e o processo de variação já eram estudadas em épocas pretéritas, sendo suas marcas observadas especialmente pelos contrastes social e cultural e por traços geográficos em diferentes contextos de uso da língua.

Nesse cenário, a Sociolinguística - ramo da linguística que estuda as relações entre língua e sociedade - é uma disciplina que estuda a língua associada a fatores externos manifestados nos diferentes tipos de variedades linguísticas, relacionadas às características sociais e culturais de uma dada sociedade, buscando desmistificar que não há, nas formas variáveis de uma língua, algo que permita afirmar que umas são melhores ou mais corretas do que as outras.

Os estudos sociolinguísticos, ao descreverem distintas maneiras de falar presentes no repertório verbal dos falantes, revelam a riqueza e a diversidade da língua, que varia de acordo com o local e o contexto em que o indivíduo está inserido. Essa abordagem não apenas reconhece as diferenças linguísticas como parte natural das interações sociais, mas também destaca a importância de compreender os fatores históricos, culturais e sociais que moldam essas variações.

Cada comunidade, seja ela urbana ou rural, carrega suas próprias características linguísticas, que refletem o modo de vida, as tradições e os valores compartilhados por

seus membros. Assim, a sociolinguística contribui para a valorização dos diferentes modos de expressão e para o combate aos preconceitos linguísticos, promovendo uma visão mais inclusiva e democrática da comunicação humana.

O fato do fenômeno da variação ser inerente às línguas, não compromete o funcionamento do sistema linguístico nem a possibilidade de interação entre falantes. Ademais, as palavras em variação são ricas em significado social, oferecendo pistas sobre o local de onde as pessoas vêm, o quanto estão inseridas na cultura letrada dominante de sua sociedade, ou com que grupo se identificam, entre várias outras informações.

Sobre diferentes formas de variação, Cardoso (2010), Ferreira *et al.* (1996) e Ferreira e Cardoso (1994) afirmam que a variação linguística implica em diversos fatores, a saber:

- a) variação diatópica ou geográfica, relacionada com as características regionais distribuídas em áreas geográficas distintas, a exemplo dos falares da Região Nordeste e Região Sul;
- b) variação diastrática ou social, relacionada com a condição social dos falantes;
- c) variação diageracional, associada à idade dos falantes;
- d) variação diassexual, relativa ao sexo;
- e) variação diagenérica, relacionada ao uso linguístico de homens e mulheres;
- f) variação diafásica ou estilística, que são as situações formais e informais a que os falantes estão expostos, isto é, o comportamento de um mesmo indivíduo não se apresenta idêntico em situações diferenciadas e isso significa dizer que o ato de fala está intrinsecamente vinculado ao momento de sua realização, à situação em que é produzido, à postura do falante, etc;
- g) variação diacrônica, que tratam das mudanças ocorridas na língua com o decorrer do tempo.

Cardoso (2010), ao destacar que a variação linguística não é um fenômeno específico do mundo moderno, mostra que o fenômeno da variação se deve aos diferentes segmentos da sociedade, seja na perspectiva das relações entre grupos sociais ou devido à mobilidade social em diferentes espaços geográficos.

Assim, levando-se em conta as características sociais da língua em diversos segmentos da sociedade, deve-se promover nas escolas diretrizes pedagógicas que possibilitem aos alunos reconhecerem a diversidade linguística, capacitando-os não apenas no ensino da norma padrão, mas também no conhecimento e aprendizagem das variedades existentes.

Um dos maiores equívocos no ensino de língua materna segundo Antunes (2009), consiste exatamente em se acreditar e propagar que “o conhecimento da gramática é

suficiente para se conseguir ler e escrever com sucesso os mais diferentes gêneros de texto, conforme as exigências da escrita formal e socialmente privilegiada" (Antunes, 2009, p. 53).

1 VARIAÇÃO E ENSINO

A atuação dos profissionais de ensino da língua portuguesa, dentre outros objetivos, deve-se pautar na aprendizagem e na compreensão de que há variedades linguísticas presentes na fala e na escrita em todas as línguas naturais humanas, proporcionando aos alunos a socialização de conhecimentos do ensino da língua portuguesa e suas relações com os diferentes usuários (Cardoso, 2010), além de contribuir para o desenvolvimento de uma "pedagogia sensível às diferenças sociolinguísticas e culturais dos alunos, e isto requer uma mudança de postura em todos os envolvidos no ambiente escolar" (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 130).

Uma das premissas básicas desenvolvidas em qualquer curso introdutório à linguística é que nenhuma língua ou variedade é inerentemente inferior a outra. No entanto, o senso comum frequentemente perpetua a ideia equivocada de que as variedades linguísticas desprovidas de prestígio social seriam rudimentares ou deficientes, contrária à norma culta, que costuma ser associada ao uso correto e elegante da língua (Camacho, 2013).

É importante distinguir, porém, entre norma culta e norma padrão. A norma padrão é uma variedade linguística oficializada, regulada por gramáticas e dicionários, e utilizada em contextos formais, como na escrita acadêmica, nos meios de comunicação e em documentos oficiais. Ela é resultado de escolhas históricas, muitas vezes alheias à diversidade linguística de um país, e serve como referência institucional. Já a norma culta refere-se ao conjunto de práticas linguísticas adotadas por falantes que têm maior acesso à educação formal e, por isso, desenvolvem maior familiaridade com as estruturas e regras gramaticais valorizadas socialmente (Camacho, 2011; Faraco, 2008).

Ainda assim, é necessário reconhecer que tanto a norma padrão quanto a culta são apenas variedades entre muitas existentes, e que outras formas de expressão linguística, mesmo aquelas marginalizadas ou consideradas "incorretas" pelo senso comum, possuem regras e lógica internas, funcionando de maneira plenamente eficaz para atender às necessidades comunicativas de seus falantes. Essa visão desafia preconceitos linguísticos e contribui para a valorização de toda a diversidade linguística presente nas sociedades (Bagno, 2007).

Observa-se que o ensino sobre a variação linguística, apesar de sua importância para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos, frequentemente ocupa um lugar

secundário na prática docente. Quando abordado, muitas vezes é tratado de maneira insuficiente e superficial, sem explorar a riqueza e a complexidade que essa temática oferece. Tal abordagem reflete, em grande parte, o preconceito linguístico presente na sociedade, que tende a perceber as variações linguísticas como erros ou desvios de um suposto padrão ideal de língua. Esse julgamento contribui para a estigmatização de determinados grupos sociais, especialmente aqueles pertencentes a classes minoritárias, reforçando desigualdades históricas e preconceitos de ordem social e cultural (Marinho; Val, 2006).

Além disso, ao negligenciar a variação linguística em sala de aula, perpetua-se a visão de que somente a norma padrão é válida ou correta, ignorando as variedades linguísticas que representam a identidade, a cultura e o cotidiano dos alunos. Essa abordagem desconsidera a oportunidade de promover um ensino mais inclusivo, que valorize a pluralidade linguística e ajude os estudantes a compreenderem que todas as formas de fala têm lógica e funcionalidade dentro de seus contextos específicos. Assim, a escola perde a chance de atuar como um espaço que combate o preconceito linguístico e promove a valorização da diversidade cultural e social (Bagno, 2001; Faraco, 2008).

Reconhecer a variação linguística como um aspecto fundamental no ensino de língua portuguesa não significa desvalorizar a norma padrão, mas sim entender que ela é apenas uma dentre muitas variedades linguísticas, e que cada uma tem seu lugar e função em contextos distintos. Um ensino que contemple a variação linguística de forma consciente e aprofundada pode contribuir para a formação de indivíduos mais respeitosos com as diferenças e capazes de navegar entre os diferentes registros e contextos comunicativos (Bagno, 2001; Faraco, 2008).

Frequentemente, os profissionais de ensino carecem de reflexões fundamentadas teoricamente sobre os estudos sociolinguísticos, que abordam a variação linguística e suas implicações sociais, culturais, políticas e pedagógicas no ambiente escolar. Considerando que a variação linguística é um fenômeno universal, presente em todas as comunidades de fala e em qualquer espaço geográfico, torna-se essencial superar obstáculos relacionados a concepções ultrapassadas e práticas pedagógicas tradicionais. Para isso, é necessário formar educadores capazes de compreender e aplicar as teorias sociolinguísticas, incorporando novas abordagens de ensino que valorizem a diversidade linguística e contribuam para um aprendizado mais inclusivo e significativo.

Cardoso (2010), destacou que ao tratar do tema da diversidade de usos da língua, é fundamental reconhecer o caráter pluridialetoal presente em comunidades marcadas pela heterogeneidade sociocultural e econômica em seus diferentes aspectos. Esse reconhecimento reforça a necessidade de a escola atuar como um elo essencial entre a teoria e a prática, entre a formulação de diretrizes gerais e sua execução no cotidiano

escolar. Nesse sentido, a escola deve aproximar o contexto nacional das particularidades regionais, criando pontes que conectem os profissionais de ensino às realidades dos alunos, promovendo um aprendizado mais inclusivo e significativo.

Um professor, ao viajar por várias regiões brasileiras, irá conhecer diferentes indivíduos em diversos espaços urbanos, rurais e/ou comunidades que se utilizam, por exemplo, de diferentes palavras para expressar o mesmo significado, como aipim ~ macaxeira, tangerina ~ bergamota ~ mimosa, arco-íris ~ olho de boi ~ arco celeste ou estrela cadente ~ estrela corredeira ~ estrela de rabo e perceber que são palavras diferentes, mas que tem o mesmo significado. Essas variações linguísticas presentes em diferentes espaços geográficos, contribuem para um melhor entendimento sobre a língua como fato social, como marcas identitárias pertencentes a sujeitos de qualquer sociedade ou grupo social e por isso a importância do ensino em sala de aula.

Segundo Bortoni-Ricardo (2005, p. 14), “a escola é norteadora para ensinar a língua da cultura dominante; tudo que se afasta desse código é defeituoso e deve ser eliminado” Dessa forma, o objetivo da escola não deveria ser apenas ensinar o português imposto por uma política linguística que valoriza as regras gramaticais conservadoras acima de tudo. Isso é uma exigência que privilegia somente as classes sociais mais favorecidas, ou seja, reforça que apenas aqueles que sabem ler e escrever bem, de acordo com as regras prescritas têm mais oportunidades profissionais e sociais.

Pesquisas empíricas comprovam e reconhecem a legitimidade de todas as variedades linguísticas utilizadas pelos alunos em seus grupos e em suas relações sociais, evidenciando que a transgressão das regras tradicionais, frequentemente condenada por seguidores e defensores da gramática normativa, não deve ser considerada um erro. O ensino das variedades implica no exercício mais amplo da cidadania e na inclusão social de todos os indivíduos. Portanto, cabe à escola promover um ambiente de respeito e valorização da diversidade linguística, ajudando os alunos a compreenderem as diferentes funções e contextos das variedades da língua e a transitarem entre elas, sem que suas identidades sejam desvalorizadas ou reprimidas.

Segundo o relatório da UNESCO (Delors *et al.*, 1998), a educação ao longo da vida é baseada em aprender a conhecer uma cultura geral, a fim de que os estudantes se beneficiem das oportunidades oferecidas pela educação; aprendam a fazer e a trabalhar e interagir em equipe; aprendam a conviver, valorizando a participação dos colegas no processo educativo e aprendam a ser, desenvolvendo alguns pontos de vista com responsabilidade, ética, sensibilidade, pensamento crítico e como agir diante das mais diferentes pessoas com as quais se convive ao longo da vida.

Ao professor, cabe não ignorar as diferenças linguísticas, privilegiando o ensino da gramática normativa. O estudante deve aprender e ter a consciência de que existem duas

ou mais formas de falar a mesma coisa a depender do contexto em que esteja inserido. Nesse sentido, o papel do docente é fundamental para ensinar não apenas as normas da língua padrão, mas também para valorizar as variedades linguísticas como expressão legítima da identidade cultural dos falantes. Isso implica desenvolver nos alunos a habilidade de transitar entre diferentes registros linguísticos, promovendo uma compreensão mais ampla e inclusiva da língua, que respeite a diversidade e combata o preconceito linguístico em todas as suas formas.

É basilar que as práticas pedagógicas sejam constituídas de atividades reflexivas sobre os usos da língua, por meio de um trabalho efetivo sobre a variação linguística em sala de aula, enaltecendo os valores sociais da linguagem e extinguindo o preconceito linguístico tão enraizado na sociedade pois, como consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, a Língua Portuguesa,

é uma unidade composta de muitas variedades e a escola precisa cuidar para que não se reproduza em seu espaço a discriminação linguística, [...] não pode tratar as variedades linguísticas que mais se afastam dos padrões estabelecidos pela gramática tradicional e das formas diferentes daquelas que se fixaram na escrita como se fossem desvios ou incorreções [...] (BRASIL, 1998, p. 81-82).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por exemplo, apesar do seu caráter normativo, é o documento que norteia a formulação dos currículos educacionais de todo o país, definindo as competências e os conhecimentos essenciais que deverão ser oferecidos a todos os estudantes ao longo da escolaridade básica, conforme define a Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996).

Todavia, mesmo que haja uma premissa em promover a igualdade e a qualidade de ensino, mesmo que seja constante o trabalho realizado em conjunto com o Estado e a família, a fim de promover o desenvolvimento individual e sociocultural do estudante, o que se percebe é uma realidade totalmente diferente pois, o sistema educacional não agrega a todos de forma igualitária, tornando esses indivíduos, mais uma vez, invisíveis perante a sociedade.

A BNCC não incorpora as especificidades da Educação para Jovens e Adultos - EJA, conforme as diretrizes definidas pela Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional, estabelecidas nos artigos 4º, inc. VII, p. 8 e 87, § 3º, inc. II p. 33, respectivamente, ou seja, a "oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo [...] condições de acesso e permanência na escola" e "prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados".

Ainda de acordo com a LDB, o art. 26-A diz que,

nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, [incluindo] o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (BRASIL, 2003).

Observa-se, entretanto, que a exclusão educacional no Brasil é um processo histórico e o discurso corrente nas políticas governamentais sobre a oferta de educação para todos está longe de atender nossa diversidade sociocultural restringindo, cada vez mais, o aprendizado reservado a maior parte da população brasileira (Paula, 2005).

Nesse sentido, a política linguística brasileira sempre teve como objetivo impor o português e apagar as outras línguas existentes, sem levar em conta a nossa diversidade sociocultural e linguística, numa tentativa de desconsiderar a importância do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, tratando as políticas públicas de educação com desigualdade no que diz respeito a cultura negra e indígena na formação da sociedade.

No entanto, notadamente, deveria ser a escola o espaço onde os alunos pudessem aprender sobre outras línguas, suas particularidades e diversidades culturais, mas o que se produz são preconceitos, discriminações e exclusões.

Percebe-se que não há um planejamento ou até mesmo uma metodologia adequada para implementar nos currículos escolares, ferramentas pedagógicas para ensinar aos estudantes a importância do aprendizado sobre a pluralidade linguística. A escola, polarizada, tem interesse apenas no aprendizado das formas linguísticas padronizadas idealizadas por uma tradição cultural dominante.

Se a linguagem é uma faculdade cognitiva que permite a cada indivíduo expressar suas experiências de vida, por que não considerar o ensino das variações linguísticas nas escolas? É no ambiente escolar que os alunos irão perceber e entender a diversidade, conhecer e valorizar a língua materna, além de produzir e transmitir conhecimentos na sociedade em que estão inseridos.

Se os estudantes não "dominam" a norma imposta e idealizada pela cultura dominante, seja na comunicação oral ou no registro escrito, eles dominam perfeitamente a norma do seu grupo social, desde que transmitam mensagens sobre temas ou assuntos que conhecem e pelos quais se interessam (Silva, 1994).

Um sistema educacional que reconheça plenamente a presença da diversidade linguística deve implementar práticas constantes de leitura e escrita, promover espaços para que os estudantes possam produzir e expressar, em seus textos, suas ideias e

pensamentos, por meio de diferentes gêneros textuais que contenham as diversas variedades da língua, além de tornar o ambiente escolar mais enriquecedor, sociável e inclusivo, com respeito às diferenças e sem preconceitos.

Elevar a autoestima e promover o entusiasmo pelo aprendizado da língua portuguesa e sua diversidade faz com que os estudantes repensem sobre o significado de homogeneidade e sobre o que é diversidade pois, como bem esclarece Bagno (2007, p. 38), "é impossível estudar a língua sem estudar, ao mesmo tempo, a sociedade em que essa língua é falada, [...] e as relações que os indivíduos e os grupos estabelecem entre si por meio da linguagem", através das mais diferentes variedades existentes, respeitando a identidade, a história e a cultura da língua de cada falante.

Assim, é importante ressaltar que o ensino da gramática normativa não é a única modalidade a ser estudada. A escola deve se empenhar no ensino das variedades linguísticas pois, como diz Bagno (2011, p. 154) "nas duas modalidades deve haver um equilíbrio [...]. Se o aluno está em uma situação formal, precisa utilizar uma linguagem formal, seria inaceitável, por exemplo, o uso de gírias em uma entrevista de emprego".

Ninguém é obrigado a adotar as inovações, todavia, deve-se proporcionar ao aluno a possibilidade de saber e conhecer a existência de outras formas de falar, outras variedades, que não sejam aquelas impostas pelos gramáticos mais conservadores que consideram as variações como sinais de decadência da língua ou desvio gramatical.

É preciso desconstruir a noção do que seja "erro", combatendo o preconceito linguístico, visando à transformação e à inclusão sociocultural dos indivíduos através, também, do ensino da língua portuguesa, além do que, seria uma utopia achar que a língua pode ser pura, homogênea e inflexível.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

ARGOTE, Jerónimo Contador de, 1676-1749. Dos dialetos da língua portuguesa. In: *Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da língua...*. Lisboa Occidental: Oficina da Musica, 1725.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. Ed. São Paulo: Parábola editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 54. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

BIDERMAN, Maria Teresa Camargo. *Teoria linguística: linguística quantitativa e*

computacional. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemu na escola, e agora?* 2. ed. São Paulo: Parábola, 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Ministério da Educação. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. *Lei no. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996*. Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Ministério de Educação e Cultura. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. *Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

CAMACHO, Roberto Gomes. *Da linguística formal à linguística social*. São Paulo: Parábola, 2013.

CAMACHO, Roberto Gomes. *Normas cultas e variedades linguísticas*. In: Universidade Estadual Paulista. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

CARDOSO, S. A. M. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.

COELHO, Izete Lehmkuhl *et al.* *Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: 1a. ed. Editora Contexto, 2015.

DELORS, J. *et al.*, *Educação: um tesouro a descobrir*: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 1998.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

FERREIRA, Manuela Barros *et al.* Variação linguística: perspectiva dialectológica. In: FARIA, Isabel Hub; PEDRO, Emília Ribeiro; DUARTE, Inês; GOUVEIA, Carlos A. M. *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa, Editorial Caminho, S.A., 1996.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice. In: *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994. (Repensando a língua portuguesa).

MARINHO, Janice H. *et al.* *Variação linguística e ensino*: caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale, 2006. (Coleção Alfabetização e Letramento).

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Dizem que vai mal o vernáculo no Brasil: reflexão sobre o português e seu ensino. In: *Diversidade do português brasileiro: estudos da dialectologia rural e outros*. 2a. ed. revista. Salvador. Centro Cultural e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1994.

OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática. Em Lixboa: e[m] casa d'Germão Galharde, 27 Ianeyro 1536.

PAULA, Cláudia Regina de. Magistério, reações do feminino e da brancura: a narrativa de um professor negro. In: ROMÃO, Jesus (org.). *História da educação do negro e outras histórias*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

Título em inglês:

Linguistic variation and teaching